



## **PROSTITUTAS, JOGADORES, POBRES, DELINQUENTES E VAGABUNDOS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

**Porto Alegre – século XIX**

**Beatriz Marocco**

Professora e investigadora do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos

Doutora em jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona, UAB

No final do século XIX, a imprensa porto-alegrense falou como nunca sobre a vida e as relações promíscuas de um conjunto de indivíduos, sobre os becos de uns poucos palmos de largura pelos quais costumavam vagar, sobre os cortiços velhos e miseráveis em que viviam e as tavernas ruidosas que freqüentavam. Dos pobres, se dizia que todos eram virtualmente perigosos. Dos mendigos, salvo os «autênticos», que eram agentes da depravação e profissionais das enfermidades falsas. Da prostituta, que era um foco de imoralidade e de perigo para as «jovens incautas»<sup>1</sup>. Do jogador, que era uma ameaça de contágio. Das crianças que perambulavam pelas ruas, que eram os criminosos e as prostitutas de amanhã.

Não obstante a regularidade com que estes indivíduos foram resgatados da desordem em que viviam, fomos descobrir suas figuras jornalísticas fora do jornalismo, em domínios estranhos, dando apoio a um grupo de historiadores brasileiros que, durante as décadas de 1980 e 90, explorou estes jornais em sua utilidade documental para a constituição histórica da cotidianidade decimonônica de cidades como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Terezina<sup>2</sup>. Mas como?, por quê? estes indivíduos tinham sido esquadrihados no espaço da página jornalística eram temas obscuros nestes estudos e igualmente na historiografia da imprensa como o era nos estudos do jornalismo a própria mecânica jornalística que lhes dava condição de existência discursiva. O presente artigo está situado exatamente neste vazio epistemológico que

---

<sup>1</sup> Estas considerações sobre as prostitutas, assim como as que seguem sobre os jogadores, meninos e jovens foram publicadas pelos jornais porto-alegrenses *Gazetinha*, nas edições de 26 de março e 3 de setembro, 1896 e *O Independente*, de 18 de fevereiro, 1906 e pela *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 6 de junho, 1904.

<sup>2</sup> Sobre esta questão, leia os historiadores da cotidianidade brasileira, S. Chalhoub, 1986; M. M. B. de Araújo, 1994; W. Fraga Filho, 1996; S. Pesavento, 1998; A. Z. Vargas, 1998; C. Mauch, 1998.

pretendemos iluminar com o auxílio dos documentos jornalísticos, considerando-os de um outro modo, ou seja, em seu sentido de «monumento» histórico que fornece pistas fundamentais para decifrar as práticas jornalísticas (M. Foucault: 1999a, 1999b e 1999c). Neste sentido e não obstante o seu caráter institucional, ou em conformidade com ele e com um tipo de verdade plebéia que está «na verdade» do jornalismo decimonônico, o documento nos parece ser a chave para estudar o jornalismo, na medida em que é o reflexo mais claro e menos interpretado do que chamaremos modo de objetivação jornalística dos indivíduos<sup>3</sup>.

### **Uma batalha conjunta contra certos indivíduos**

De entrada é possível localizar neste modo singular de conhecer e objetivar os indivíduos, duas técnicas —o «exame» e a «classificação»— e uma retórica de combate.

1. Assim como o «olhar normalizador» do «exame<sup>4</sup>», a maneira de observar e apresentar a realidade do jornalista era parcial, dominada pela intenção prévia de focar certos indivíduos e tornar seus comportamentos virtualmente «perigosos» transparentes<sup>5</sup> para salientá-los entre a população em geral.

Como o jornalista decimonônico realizava o «exame»?

Os discursos jornalísticos indicam que o jornalista não ouvia quem tomava como objeto, raramente identificava os indivíduos pelo nome e costumava confundí-los com o seu grupo de referência. Apenas realizava um trabalho superficial de coleta de informações alheias; ouvia as histórias que circulavam, que geralmente eram sobre os conflitos entre estes indivíduos e a vizinhança, e observava os corpos movimentando-se indistintamente pela cidade. Não procurava saber o que realmente havia ocorrido, nem atualizava o acontecimento com seus protagonistas ou com fontes próximas. O que interessava era incluir nos jornais quem não se comportasse como devia, mas, sobretudo, visibilizar alguns espaços emblemáticos em que estes indivíduos poderiam ser encontrados e amplificar a ameaça que

---

<sup>3</sup> Este texto está baseado no trabalho de investigação que realizamos sob a forma de tese doutoral intitulada «Prostitutas, jogadores, pobres y vagos en los discursos periodísticos. Porto Alegre - siglo XIX». UAB, Barcelona, 2002.

<sup>4</sup> O «exame», segundo Foucault, «es una mirada normalizadora, una vigilancia que permite calificar, clasificar y castigar. Establece sobre los individuos una visibilidad a través de la cual se los diferencia y se los sanciona» (1986: 189).

<sup>5</sup> A extensão na sociedade da lógica de um «poder por transparência» foi descrita por J.P de Gaudemar (1981: 236) e por Foucault (1989: 17).



representavam a toda a cidade. Em outubro de 1897, por exemplo, o jornal denunciava uma «malta» formada por «crianças viciadas» e alguns «praças», que, sem outra ocupação além do vício, costumava se reunir nas proximidades da Rua Clara, perturbando o bem-estar dos vizinhos. Em nome da vizinhança, o jornalista reivindicará um «corretivo» para todos eles:

A área compreendida entre as ruas (...) possui um grande morro o qual tem uma entrada pela Rua Clara. É esse o lugar predileto dessa malta que não tem outra ocupação que não seja a do vício. Ali reúnem-se cotidianamente muitas crianças acompanhadas também de alguns praças e entregam-se o dia inteiro ao jogo do osso, do vintém e mesmo muitos outros para os quais andam habilmente preparadas. É pois em nome dos moradores destas circunvizinhanças que solicitamos um corretivo não só àquelas crianças viciadas (3 de outubro, 1897).

Mal identificados, mas muito bem radicados nos lugares em que viviam ou por onde passavam; assim através deste modo jornalístico de conhecimento da realidade se revelava o entorno, em boas condições, e a deteriorização que estes indivíduos provocavam com a sua presença real, para poder associá-los a todos os lugares, estes sim territórios fantasmáticos da falta de higiene, que já estariam «disseminados» virtualmente pela cidade, como se pode verificar, por exemplo, no relato do jornalista da *Gazeta da Tarde* sobre a hospedaria noturna que havia na Praça da Harmonia, junto à Farmácia Estrela do Sul:

Entre as providências de saneamento da capital, reclama a atenção da higiene municipal a aglomeração de indivíduos nas hospedarias noturnas. Existem disseminadas pela cidade numerosas casas, de propriedade de estrangeiros, onde à noite dormem grande número de indivíduos. Conheço algumas, que podendo acomodar no máximo quatro indivíduos, recebem vinte, assim como uma que existe junto à Praça da Harmonia, junto à Farmácia Estrela do Sul. Em um salão escuro, úmido, sem ventilação suficiente, armam à noite numerosas macas de lona que alugam a 200 réis. Nelas dormem indivíduos sujos, de acordo com o assoalho, que não vê água há muito tempo e as paredes que não têm cal (12 de abril, 1897).

2. O modo de objetivação jornalística supõe, em segundo lugar, a organização e a classificação dos indivíduos no espaço do jornal. Nesta operação, o jornalismo lhes proporcionará uma existência verbal própria e mobilidade no seio de uma grande família de cinco figuras básicas:

a) Os vagabundos e mendigos: muitos entre eles apenas resistiam ao trabalho na fábrica; eram operários que tinham se rebelado contra qualquer regularidade de horário ou de



hábitos, escravos recém-libertos, camponeses sem terra para explorar, ou exsoldados empobrecidos e desempregados após o final das guerras (*A Voz do Operário*, 1º de abril, 1899). Mas sob o ponto de vista dos jornais, todos eram malfeitores que contaminavam a cidade. Porto Alegre tinha sido contaminada por um conjunto de vagabundos malfeitores que era necessário corrigir severamente, «acabar com eles» (*Gazetinha*, 27 de julho, 1897).

Sobre os mendigos autênticos muito pouco se dizia. Eram os inaptos para o trabalho: inválidos, débeis, enfermos ou velhos que de algum modo não aceitavam as exigências de um emprego formal. Desde a monarquia recomendava-se interná-los em asilos para pobres. Os falsos —segundo os jornais— fingiam para evitar os problemas de um trabalho estável. Eram diariamente convertidos em notas e perseguidos com igual intensidade pela polícia. Contra eles os jornais pediam mais repressão policial. A *Gazetinha*, por exemplo, encontrou um deles e denunciou-o: um «italiano», que acompanhava um jovem acordeonista cego. Ao mesmo tempo o jornalista alertava a polícia sobre o grande número de vagabundos que mendigavam pelas ruas:

E por falar em indigentes, lembrem a sábia polícia municipal o grande número de vagabundos que andam esmolando por estas ruas (...). Diariamente vem pelas ruas da capital um robusto italiano, conduzindo pela mão um rapaz cego, que, dedilhando uma sebosa sanfona anda de porta em porta esmolando (12 de agosto, 1897).

b) As prostitutas: geralmente os jornalistas se referiam às prostitutas como as crioulas, que chamavam a atenção pela sua pele escura e desafiavam a ordem com seu *modus operandi* nas ruas. Elas eram crioulas «naturalmente licenciosas», levadas ao vício pela necessidade. Assim, aos «20 anos, estarão velhas, roídas pela sífilis e pelo álcool»:

(...) Essas infelizes, aos 20 anos, quando as outras estão em pleno vigor, estarão velhas, roídas pela sífilis e pelo álcool (*O Independente*, 24 de agosto, 1911).

Em sua figura jornalística, a prostituta era virtualmente perigosa. Tinha uma vida imoral que rompia com as normas e valores morais da vida coletiva. Era o germe de todos os vícios. Pervertia os jovens e seduzia os chefes de família; ao seu redor viviam os jogadores e os bebedores. Prostituíva suas filhas quando se retirava do negócio, como «a tal Firmina»



(*Gazeta da Tarde*, 30 de abril, 1898, citado em Pesavento, 1998: 130); embebedava os jovens como a «crioula Domingas» (*Gazetinha*, 16 de junho, 1898, citado em Pesavento, 1998: 131); ou ofendia às famílias com sua linguagem e o seu proceder, como «uma tal Avelina» (*O Século*, 17 de dezembro e 12 de fevereiro, 1882, citados em Pesavento, 1998: 135). Segundo os jornalistas, as prostitutas suicidavam-se com «ácido fênico por paixão», eram agredidas pela polícia (*Gazeta da Tarde*, 13 de abril, 1897, citado em Pesavento, 1998: 135). Nas ruas, praças ou becos ofendiam às famílias com seus convites ostensivos aos pedestres ou com os bailes que perturbavam o sono dos cidadãos que iam se queixar de tudo isso diretamente ao jornalista da *Gazetinha*:

Moradores da Rua Riachuelo, quadra entre a Travessa Paissandu e Rua General Câmara, pedem-nos reclamar a quem de direito contra uns bailes de lupanar, verdadeiras chinfrineiras realizadas no edifício da Sociedade Floresta Aurora, que não escrupulizou em alugar seu salão para gente da mais ínfima classe social. Ainda no sábado aquele salão foi ocupado por meretrizes dos becos mais escuros desta cidade, acompanhadas de uma vagabundagem reles, não fazendo outra coisa mais do que transformar o prédio em verdadeiro alcouce. O que ali se passava de imoral e indigno ia repercutir na rua e nas casas próximas, nos palavrões mais ofensivos à moral. Até as famílias, quando saíam do teatro, foram insultadas ao passar pelo prédio em questão (8 de novembro, 1897).

A prostituta semeava a degeneração nos bordéis. Conforme o jornalista de *O Independente*, em sua companhia, a «juventude libertina» atravessava a noite fazendo brindes obscuros «de bordel em bordel». Em sua companhia, os jovens cavavam com as próprias mãos a sepultura onde seriam enterradas as ilusões de uma «vida inútil e rápida» e, junto com o «velho libertino», gozavam com os beijos e as «carícias mercenárias» no «mais completo bem-estar deste mundo». As prostitutas, por outro lado, queriam mais a companhia de ambos para matar a fome que as devorava. Em troca do prazer exigiam, segundo o jornalista, «bifes com batatas regadas a vinho intragável»:

Porto Alegre à noite, não resta dúvida, já tem os povos de uma grande capital, movimentada e perdida. A mocidade libertina,

de bordel em bordel, atravessa uma noite inteira levantando brindes obscuros, mostrando no dia seguinte apenas o sulco fundo das olheiras roxas, atestado fatal de uma orgia onde embriagou-se e cavou com as próprias mãos mais e mais uma cova onde serão enterradas as ilusões de sua vida inútil e rápida. Ao lado das prostitutas, gozando beijos e afagos mercenários sem a reflexão precisa para evitar tamanho mal, encontram-se o moço e o velho libertino, trocando frases indecorosas, tresandando a cachaça, vinho e cerveja barata, no mais completo bem-estar deste mundo. Numa verdadeira romaria de perdição vê-se mulheres moças, perdidas, famintas, de tasca em tasca, que, em troca de instantes de prazeres, exigem para matar a fome que as devora, bifés com batatas regadas a vinho intragável (6 de outubro, 1901).

A voracidade com que os jornais falavam das prostitutas indicava que os jornalistas assim como amplos segmentos da população, não vislumbravam outro método para combater os genes hereditários que transportavam e a depravação que espalhavam, que não fosse uma campanha sem trégua contra a prostituição até o fechamento dos lugares onde se concentrava. Neste sentido, o jornalista da *Gazetinha* sustentava, na nota seguinte, que o jornal não descansaria enquanto não se cortasse de uma vez e para sempre «a cabeça da grande hidra da prostituição» que se levantava naquele momento estendendo «sua cauda sibilante para todos os pontos da cidade»:

...conforme dissemos em nosso penúltimo número, (a *Gazetinha*) não descansará (...) enquanto não ver cortada de uma vez para sempre a cabeça da grande hidra da prostituição, que ora se levanta estendendo a cauda sibilante para todos os pontos da cidade (27 de fevereiro, 1896).

A retórica jornalística contra as cafetinas era bem mais rigorosa; apoiava-se no Código Penal da República brasileira, de 1891, que criminalizava o lenocínio. O artigo 278 estabelecia penas de prisão e multa para quem induzisse mulheres ou se dedicasse ao tráfico e exploração da prostituição, mas, como denunciavam os jornalistas, a polícia era incapaz de aplicar o rigor da lei. Em vários momentos os jornalistas se ofereciam para substituir a polícia convertendo-se nos olhos que a mesma não tinha ou não queria utilizar.

c) Os jogadores: viviam do negócio e contaminavam o entorno; eram os vagabundos que se dedicavam ao jogo do osso nas ruas ou os pobres diabos que poupavam para jogar e serviam de alvo fácil para a repressão policial que geralmente não se ocupava do controle das outras esferas do jogo. Eram, junto com os falsos mendigos e os ociosos, a síntese do mal que se opunha ao trabalho na fábrica e à família, na medida em que viviam em antros insalubres, muitas vezes em companhia das cafetinas, como o português e sua crioula Marcolina, ou a encarnação da peste pelo perigo de contágio que transportavam. Estavam perdidos para a sociedade e à beira da criminalidade: «de jogador a ladrão, disse o jornalista da *Gazetinha*, vai um passo, de ladrão a assassino talvez nem isso»:

Como um indivíduo atacado de enfermidade epidêmica, ele torna-se prejudicial aos incautos com quem anda (...). De jogador a ladrão vai um passo, de ladrão a assassino talvez nem isso... (9 de setembro, 1897).

d) Os jovens: na classificação jornalística os jovens não eram nunca inocentes. Jogavam e perturbavam a ordem nas ruas, freqüentavam as tavernas ou viviam sob a proteção dos jogadores. As meninas eram, invariavelmente, as vítimas. Os jornais se referiam a elas como vítimas das mães, que as prostituíam, ou da crueldade dos pais abusadores. A *Gazetinha* publicava freqüentemente notícias sobre delitos no ambiente familiar, como o que ocorreu em São Leopoldo, cidade próxima a Porto Alegre, onde um pai vivia uma «pouco escrupulosa união com a própria filha» da qual já haviam nascido «três pobres crianças, todas defeituosas»:

Ainda há pouco veio ao nosso conhecimento que na cidade de S. Leopoldo um pai vivia amancebado com sua própria filha e dessa pouco escrupulosa junção haviam nascido três pobres crianças todas defeituosas (28 de setembro, 1897).

Os meninos eram geralmente demonizados. Nas ruas, se dedicavam a «vícios libidinosos e perversos» e eram relacionados com as algazarras que perturbavam o sossego dos cidadãos. Para eles, o jornalista da *Gazetinha* sugeria o exército, que lhes daria a educação, que seus pais, por falta de recursos, não puderam proporcionar-lhes, para que pudessem «ser úteis a si e à sociedade»:

Infelizmente a educação adotada hoje, na sua generalidade, está muitíssimo corrompida e é a causa predominante destes maltrapilhos que por aí existem entregues não só a jogatina como também a vícios libidinosos e perversos. (...) Que sejam punidos esses que dão o exemplo e que essas crianças cujos pais não têm posses para dar-lhes a devida educação sejam matriculadas em nossos arsenais de onde poderão sair uns homens úteis a si e à sociedade (*Gazetinha*, 3 de outubro, 1897).

3. O modo jornalístico de descrever os acontecimentos e os indivíduos se apoiava, em terceiro lugar, em uma retórica de combate composta por um conjunto de táticas estratégicas tomadas de empréstimo de outros saberes. A primeira era uma tática da medicina, que estendia aos discursos jornalísticos a missão de observar os corpos, diagnosticar e combater as enfermidades. Sua materialização nos discursos se daria através das metáforas orgânicas. A segunda era uma tática do saber criminológico, que associava os indivíduos à noção de «periculosidade<sup>6</sup>». Sob a influência da criminologia positivista e da medicina, os jornalistas consideravam os corpos de pobres e delinquentes como potencialmente perigosos, e sugeriam a intervenção da polícia, ou dos médicos, ou a ação de ambos para promover um «saneamento» geral da cidade (*Gazeta da Tarde*, 30 de março, 1897).

As metáforas orgânicas, na visão de H. Arendt, interpretam a sociedade em termos biológicos e apresentam as ações violentas, ou melhor, cirúrgicas, contra os indivíduos, como aspectos de um processo natural, como o são a luta pela sobrevivência e a morte violenta (1973: 175). Seguindo em certa medida a lógica do pensamento orgânico, os jornais descreviam Porto Alegre como uma «sociedade enferma» na qual certos indivíduos eram os «sintomas» mais evidentes da enfermidade que devia ser combatida e exterminada. Os jogadores: «indivíduos que sofriam de uma enfermidade epidêmica» (*Gazetinha*, 3 de setembro, 1896). As prostitutas: a «chaga cancerosa da sociedade» (*Gazetinha*, 11 de maio, 1898). Os meninos e os jovens: «filhos das últimas camadas sociais»; «filhos do mal e do lodo» (*O Independente*, 12 de outubro, 1905; 16 e 30 de janeiro, 1908, citados em Pesavento, 1998: 123). Contra estes «agentes da desmoralização social», os «ratos e ratões das bodegas»,

---

<sup>6</sup> A «periculosidade» era, segundo a criminologia, uma condição virtual, algo que o indivíduo não merecia por seus atos, pelas infrações efetivas a uma lei também efetiva que houvesse infringido, mas que lhe era atribuído por um comportamento que já poderia ter sido manifestado ou não mas que, em ambos casos, deveria ser controlado.





*O Independente* queria uma «guerra sem trégua» em que a polícia lutasse como as autoridades públicas sanitárias que combatiam e exterminavam os ratos, as pulgas e a peste bubônica:

...assim como as autoridades públicas sanitárias batem-se numa guerra sem trégua contra os ratos, as pulgas e a bubônica, a vós cumpre também seguir-lhes os exemplos, batendo-vos contra os ratos e ratões das bodegas, esses genuínos agentes da desmoralização social (12 de janeiro, 1902).

A *Gazeta da Tarde*, por outro lado, afirmava que Porto Alegre necessitava de um «saneamento geral» e que para executá-lo não seria necessário ácido fênico nem outros desinfetantes, mas tão somente a ação repressiva da polícia. Como escreveu o jornalista, a ação da polícia contra os bordéis, «verdadeiros germes do vício e do crime», era necessária pelo «bem da moralidade, da ordem e da tranqüilidade públicas»:

Porto Alegre está precisando de um saneamento em regra. Não será este, porém, de ácido fênico ou outros tantos desinfetantes. Faz-se tão somente necessária a ação da polícia, sob um ponto de vista importante. É a bem da moralidade, da ordem e da tranqüilidade públicas. Dia a dia vai aumentando por toda parte desta capital o número de bordéis, verdadeiros gérmens do vício e do crime (30 de março, 1897).

A batalha contra estes indivíduos e suas enfermidades já havia sido declarada pelo Estado. Os códigos brasileiros reconheceram em 1841 e posteriormente, em 1891, os «atos ou estados preparatórios ao crime», que se enquadravam neste conceito e eram considerados «crimes especiais<sup>7</sup>». Estes crimes derivavam «do direito de defesa da sociedade» e justificavam a intervenção do poder público sobre as liberdades individuais em sua tarefa de defesa da ordem e prevenção da desordem e no interesse da sociedade como um todo. Eram considerados «crimes especiais», o hábito de beber e os bebedores habituais; o negócio do jogo e os jogadores viciados; a prostituição e as prostitutas que perturbam o sossego público; os tumultos e os indivíduos turbulentos que com palavras ou ações ofendam à moral, a

---

<sup>7</sup> Os legisladores brasileiros definiram os crimes especiais como atos preparatórios ao crime, não propriamente criminais, porque tal princípio em sua totalidade seria perigoso e aniquilador da liberdade individual (Projectos N.º 33 A-1888: 67).

tranquilidade pública e a paz das famílias (Projectos 33 A-1888: 67-68). Frequentemente os jornalistas porto-alegrenses citavam este dispositivo legal para criticar a ineficiência da polícia, que parecia desconhecer-lo, e para reivindicar sua aplicação através de ações policiais repressivas. Em sua campanha contra a prostituição, por exemplo, a *Gazetinha* chegou a reproduzir literalmente o artigo 278 do Código Penal brasileiro que criminalizava o lenocínio:

Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por insinuações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes por conta própria ou de outros, sob sua ou alheia responsabilidade assistência, habitação e auxílios para conferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação (5 de agosto, 1898).

Na seqüência da mesma nota, o jornalista enriqueceria de detalhes a letra fria da legislação informando que os prostíbulos eram dirigidos por mulheres, «cafetinas da pior espécie», que, na prática deste «infame comércio», não se limitavam a esperar que a «impura clientela» viesse trabalhar na casa por sua livre e espontânea vontade. Segundo o jornalista, no comando desta «imunda especulação», as cafetinas induziam suas vítimas, as intimidavam a prática da prostituição em troca de assistência, um dormitório e outras ajudas:

Das informações que temos colhido a respeito, vimos a saber que estas casas são dirigidas por mulheres, cafetinas da pior espécie, que não se limitam na prática do seu infame comércio à espera que a impura clientela lhes venha em casa, de livre e espontânea vontade; elas introduzem-se nas casas de suas vítimas, induzindo-as, constringendo-as, intimidando-as para a prática da prostituição, prestam-lhes assistência, habitação e auxílios, auferindo lucros da imunda especulação (idem nota anterior).

## **Conclusões e recomeço**

O vazio epistemológico que insistia sobre esta região do discurso jornalístico decimonônico nos levou a adotar, de entrada, uma atitude cognoscitiva de respeito ao documento histórico e um «método duplo» para explorá-lo tanto em sua positividade jornalística, como em suas relações com outros discursos, no interior da rede em que originalmente foi constituído (Foucault, 1999a, 1999b e 1999c). Com base na noção foucaultiana de «monumento» foi possível descrever como o jornalista se ocupava do trabalho de apresentação dos indivíduos e dos diferentes conceitos que estavam dados na ordem social



que na época nos era imposta para viver. Como as práticas jornalísticas se aproximavam da literatura, como os jornalistas pactuavam com os saberes consagrados, o governo e as instituições. Como os diários se abriam à opinião dos cidadãos acomodados, porque se abriam. E como a nota jornalística, ao final de tudo, não era mais do que a materialização deste trabalho de orquestra executado entre os jornalistas e os diversos discursos que pretendiam o controle social.

Algumas décadas depois, os jornais brasileiros mudaram as regras e as práticas de observação dos indivíduos. Quase ao mesmo tempo, as figuras do pobre, da prostituta, do jogador, do vagabundo praticamente desapareceram das páginas. Sob o signo da «objetividade», numa cultura bem diferente, outros indivíduos foram incluídos nos jornais. Foucault nos sugere inverter o caminho de nossa exploração, que nos instalemos no presente, mas com o olhar fixo no passado já visto, para verificar se todas estas figuras seriam atravessadas historicamente por uma «forma maior da exclusão social», ou seja, se estas novas figuras jornalísticas, com um sentido inteiramente novo, teriam ocupado as mesmas estruturas arcaicas da exclusão. Frequentemente, disse, «nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e ‘cabeças alienadas’ assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que excluem. Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente, as formas subsistirão – essencialmente, essa forma maior de uma partilha rigorosa que é a exclusão social, mas reintegração espiritual» (1993: 6). Este já é um tema para outra investigação.



## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M.M.B. de *Cotidiano e pobreza. Impasses de sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Tese apresentada na USP para obtenção do título de Dr. em História, SP, 1994.
- ARENDDT, H. *Crisis de la República*. Madrid: Taurus, 1973.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. México: Século Veintiuno, 1999a.
- . *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets Editores, 1999b.
- . *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1990c.
- . *Vigilar y castigar*. Madrid: Século XXI Editores, 1986.
- . *A história da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- . «El ojo del poder.» Entrevista con J.-P. Barou y Michelle Perrot, trad. de Julia Varela y Fernando Álvarez-Uría, em *El Panóptico*, Madrid: La Piqueta, 1989.
- FRAGA FILHO, W. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.
- GAUDEMAR, J.P. de. *La movilización general*. Madrid: La Piqueta, 1981.
- . «Preliminares para una genealogía de las formas de disciplina en el proceso capitalista de trabalho.» Em *Espacios de poder*. Madrid: La Piqueta, 1991.
- MAUCH, C. «Saneamiento moral em Porto Alegre na década de 1890.» Em *Porto Alegre na virada do século; Cultura e sociedade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, Editora da Unisinos, Editora da Ulbra, 1994.
- PESAVENTO, S. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- VARGAS, A.Z. «Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século XIX.» Em *Porto Alegre na virada do século XIX; Cultura e sociedade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, Editora Unisinos, Editora da Ulbra, 1994.